



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

Memória da Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR – 13/10/2021

1
2
3
4 No décimo terceiro dia do mês de outubro de 2021, às 09h, deu-se início à reunião ordinária do mês de outubro de
5 2021, on-line, realizada por meio da plataforma Conferência, da CELEPAR, do Comitê Intersetorial de
6 Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná -
7 CIAMPRua/PR. Fizeram-se presentes: **Titular Governamental** - Dulce Maria Darolt - SEJUF/DEDIF/CPPOPRUA;
8 Eliana de Fátima - SEED; Ten. Danilo Alexandre Mori Azolini - SESP/PR/Londrina; Rosane de Souza (SESA)
9 **Suplente Governamental** - **Titular Sociedade Civil** - Nazaré de Campos Stihaienco – Cornélio Procópio; Julia
10 Ferreira - CRP/PR; Franciele Ramos Padilha - Vila Vicentina de Ponta Grossa; Giovanna Prezutti Denardi –
11 OAB/PR; **Suplente Sociedade Civil** - Carlos Umberto – MNPR; **Especialista Titular:** Denise Lisboa -
12 COHAPAR; Naira R. M. Vasconcellos – MPJDH; **Convidados:** Raphael Ernani Rigoti - Centro-POP/SJP; Adriana
13 Perotoni Atanásio – Gerente de Proteção Social Especial/Pinhais; Graziella Molina – Residente Técnica
14 SEJUF/DEDIF; Dayse Mara Bortoli – Diretora da Proteção Social Especial/Foz do Iguaçu. **1. Abertura:** Sra. Dulce
15 cumprimenta a todos e verificando que ainda não se formou quórum, informa que aguardará o prazo de 15 minutos
16 para iniciar a reunião com o quórum que estiver presente conforme previsto pelo regimento interno. Após o prazo
17 estabelecido, Sra Dulce dá as boas-vindas a todos(as), informa que recebeu justificativa de ausência das conselheiras
18 Taísa (DP) e Patricia (DAS/SEJUF), em seguida solicita para que cada participante se apresente. Julia do CRP
19 informa que está com instabilidade na conexão e por este motivo vai participar da reunião pelo chat, e já realiza sua
20 apresentação. A conselheira Rosane da SESA também informa que esta sem câmera e áudio, mas acompanha a
21 reunião e utilizará o chat para comunicação. Após as devidas apresentações, Sra. Dulce compartilha a pauta na tela,
22 contudo, Nazaré e Eliana dizem que não estão conseguindo visualizar o documento, e após nova tentativa, Adriana
23 confirma visualizar a pauta. **2. Aprovação da Pauta:** Pauta aprovada. Na sequência a Coordenadora Dulce sugere
24 transferir a pauta nº09 - que trata sobre a Nota Técnica Conjunta nº002/2021 – para a reunião ordinária de novembro,
25 considerando que a conselheira Patricia (DAS/SEJUF) é quem fará a apresentação e a mesma não está presente.
26 Todos (as) aprovam. **3. Aprovação da memória da reunião do mês de setembro:** A conselheira Nazaré faz
27 observação do horário que está registrado na memória às 9hrs mas o horário da reunião foi às 13:30hrs. Sra Dulce,
28 faz a correção e a memória é aprovada por unanimidade. O ponto 4 da pauta foi uma solicitação do Tenente Azolini
29 que ainda não se fazia presente na reunião, então Sra. Dulce sugere seguir com a pauta passando para o próximo o
30 quinto ponto da pauta. **5. Relatório da terceira e quarta reunião da Comissão Temporária do Plano Estadual**
31 **PSR:** Nazaré realizou a leitura integral do relato. Segue o relato lido em seu formato integral: “*As últimas duas*
32 *reuniões da CT para a construção do PE. da política PSR, aconteceram nas datas de 27 de setembro e 04 de*
33 *outubro, com a finalidade de trabalhar o eixo educação, escolhido na segunda reunião que aconteceu em 13 de*
34 *setembro. No dia 27, após as boas vindas e abertura dos trabalhos a coordenadora Sra. Dulce Darolt informou que*
35 *a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO não estaria representada. Mesmo com a ausência DESTA SECRETARIA todos*
36 *concordaram que deveríamos trabalhar o eixo e posteriormente fazer os ajustes necessários. A Coordenadora*
37 *apresentou a pauta do dia e a memória da última reunião, e foram aprovadas por unanimidade. Informou também*
38 *que a comissão já está legalmente constituída conforme resolução e que esta já foi devidamente publicada no site.*
39 *Comunicou também, que estava previsto a participação de dois professores, para auxiliar no desenvolvimento do*
40 *eixo, um de Londrina e outro de Curitiba, mas a resposta de ambos foi negativa e em cima da hora, não havendo*
41 *tempo hábil para outros convites. Embora, os mesmos não podendo estar presentes, se dispuseram a colaborar*
42 *quando for possível. Iniciando a análise do eixo, foi OBSERVADO que na apresentação talvez poderia fazer*
43 *algumas modificações para melhor adequação com a realidade da PSR. A partir desta discussão foi levantada a*
44 *questão sobre a Resolução número 40 de 13 de OUTUBRO de 2020, do CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS*
45 *HUMANOS, que abrange todas as políticas públicas, e no cap. 06 arts. 96 a 107 é dedicado à educação. Foi falado*
46 *também que os estados e municípios devem estar alinhados com esta resolução. Portanto nosso plano deverá seguir*
47 *esta determinação. Foi sugerido que todos a leiam. Na sequência foram lidos os referidos artigos acima citados.*
48 *Houve a sugestão para que a referida resolução seja colocada como parâmetro nos considerandos do plano. Na*
49 *sequência passamos para a análise das ações do eixo. Foram discutidas as ações 6.1 e 6.2, onde fala sobre a*
50 *capacitação de profissionais, os que atuam com a PSR e os que atuam na educação. Nesta altura da reunião já*
51 *havia chegado a suplente representante da SEED. Foi discutido quais seriam estes profissionais e como seriam*

5
52 estas capacitações. A representante da SEED se posicionou quanto as capacitações para os profissionais referidos
53 na ação 6.1, (QUE SÃO TODOS AQUELES QUE ATUAM COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA) que ao
54 seu entendimento, essas capacitações deveriam ser providenciadas por outro órgão ou pelo CIAMP- Rua PR.
55 Quanto as capacitações que se referem a ação 6.2 dirigida especificamente aos profissionais da educação, estas
56 poderiam ser realizadas pela própria SEED. Disse também que verificaria onde o PLANO ESTADUAL para PSR,
57 dialoga com o plano da secretaria de educação, como inseri-lo ou adequá-lo. Neste momento foi lembrado que
58 todos deverão acatar a resolução 40 de 2020 do CNDH. Em seguida elaborou-se **três metas** para as duas ações
59 anteriormente discutidas. Terminando a elaboração das metas passou-se para item MONITORAMENTO.
60 Ferramenta que mede os resultados das ações estabelecidas, **quais seriam os indicadores** para as metas 6.1 e 6.2.
61 Não foi possível terminar esse item devido ao avançado da hora. Ficou definido que os assuntos deste eixo seriam
62 retomados na próxima reunião que ficou marcada para 4 de outubro de 2021 das 09 às 12 horas. No fechamento dos
63 trabalhos a coordenadora informou que não existem muitos planos no país e que o nosso é um dos poucos que está
64 sendo elaborado. Sugeriu que todos leiam as memórias das reuniões. Agradeceu a todos pela presença e a reunião
65 foi encerrada. No dia 04 de outubro, após as boas-vindas, aprovação da pauta e a apresentação da relatoria, a
66 coordenadora Sra. Dulce Darolt, informou que os professores, tanto o de Curitiba quanto o de Londrina foram
67 novamente convidados. O de Londrina não pode estar presente novamente e o de Curitiba não retornou. Na
68 sequência retomou-se a discussão sobre as metas já estabelecidas e após várias considerações houve nova
69 reelaboração das mesmas. Sobre as capacitações, aconteceu um intenso debate: **quem realizaria e quem se**
70 **capacitaria**. Considerando ser relativamente nova a política para pessoas em situação de rua e ainda em fase de
71 implantação, a representante da SEED, disse que se faz necessário primeiramente capacitar a SEED para que esta
72 tenha condições de capacitar a rede estadual de educação. A SEED seria o responsável para chamar e o CIAMP,
73 Rua, PR, para realizar. Quanto a capacitar os municípios, informou que não há uma responsabilidade hierárquica,
74 existe dentro da secretaria um regime de colaboração e que através de uma coordenação que dialoga com os
75 secretários municipais, é possível repassar as informações, mas é o município que determinará quando e como
76 fazer, porque tem seu próprio planejamento dentro de suas especificidades. Neste momento foi lido o artigo 103 da
77 resolução 40 de 2020 do CNDH. onde fala que: **(Os estados, municípios e o Distrito Federal, devem incluir o tema**
78 **população de rua no currículo escolar nas redes públicas e particulares, como parte da educação em direitos**
79 **humanos e de outras áreas do ensino, de forma multidisciplinar.** Quanto as CAPACITAÇÕES INTERSETORIAIS, foi
80 sugerido que, num primeiro momento deveria acontecer uma grande capacitação sobre a POLÍTICA para PSR,
81 para todos os órgãos relacionados com cada eixo. Seria o **momento gatilho de sensibilização**, onde o CIAMP Rua,
82 PR e a SEJUF seriam os responsáveis para chamar e para realizar e tendo a SEED como corresponsável,
83 abordando de modo geral, assuntos relacionados à educação. Citou-se a importância de estar presente A POLICIA
84 MILITAR, GUARDAS MUNICIPAIS e demais envolvidos com a segurança pública. Foi sugerido colocar a
85 capacitação geral como **meta introdutória em cada eixo**. Poderia ser REALIZADA COM CADA SECRETARIA, porém há
86 que se averiguar quais setores seriam necessários capacitar sobre educação. Levantou-se a seguinte questão: cada
87 secretaria poderia apresentar seu plano, seria uma maneira mais simples de trabalhar, contudo, realizar ações
88 integradas é mais difícil, porém atinge melhor a intersetorialidade. E o nosso plano a exemplo de outros, segue a
89 linha de **responsável e corresponsável no mesmo eixo**. Passando para o item monitoramento foram definidas
90 algumas datas para a realização de cada ação e quais públicos deveríamos atingir primeiro. Quanto aos
91 INDICADORES DE RESULTADOS, foi sugerido colocar o teto máximo de 100 por cento com a finalidade de
92 atingir o máximo que puder em cada ação. Enfatizou-se que embora seja necessário estipular datas, as
93 capacitações devem seguir um processo cíclico de renovação, por causa das mudanças de entradas e saídas de
94 professores e de outras pessoas em geral e também pela defasagem que normalmente acontece. Tem que ser um
95 processo dinâmico. A Coordenadora lembrou sobre a reunião ordinária mensal, agradeceu a todos e a reunião
96 foi encerrada”. A Relatoria das reuniões de 27 de setembro e a de 04 de outubro, foram Aprovadas pelo Pleno do
97 CIAMP Rua/PR.. Dulce agradeceu a Nazaré pela relatoria e explicou os próximos encaminhamentos a serem
98 realizados junto a SEED, também informou que o secretário da educação Renato Feder indicou Eliana de Fátima
99 Silva Vieira e Delvana Lúcia de Oliveira como representantes da SEED para construção do Plano, e que serão
100 agendadas novas reuniões da Comissão para dar continuidade ao Eixo da Educação. Logo após, a coordenadora
101 Dulce passou a palavra ao Ten. Azolini, que adentrou a plenária e prosseguiu com o ponto quarto da pauta **4.**
102 **Menção Honrosa:** o conselheiro Ten. Azolini explanou sobre um caso ocorrido no município de Londrina, no qual
103 uma família relatou à PMPR sobre um familiar que estava perdido, informando ser de um homem de meia idade,
104 com necessidades especiais, que faz uso de medicamentos controlados. Assim, após incansáveis buscas pelo senhor,



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

105 dois policiais militares conseguiram localizá-lo em situação de rua, e levá-lo em segurança até sua família. Tenente
106 Azolini salientou que em casos como esse, as pessoas ficam perdidas perambulando e ficando em situação de risco
107 até que sejam encontradas. O conselheiro também comentou que é de suma importância que os órgãos públicos
108 promovam a proteção das pessoas que se encontram em situação de rua, dentre elas a PMPR. Posto isso, o
109 conselheiro Ten. Azolini propôs ao pleno a emissão de Menção Honrosa do CIAMP RUA/PR aos soldados da PMPR
110 que atenderam a ocorrência, considerando que os bravos policiais militares se arriscam todos os dias colocando a
111 própria vida em risco para proteção de todos os cidadãos. Observou também que os soldados são a base da estrutura
112 da polícia militar, sendo muito importante o reconhecimento da atuação destes, como também da tropa. A Sra. Dulce
113 agradeceu a fala do Ten. Azolini e o indagou se os soldados são a base da academia policial. Azolini, informou que
114 dentro da hierarquia militar, o soldado é a graduação de início, por isso fala-se que é a base da estrutura, pois são os
115 soldados que estão patrulhando as ruas e estão no dia a dia defendendo a sociedade na linha de frente, os soldados,
116 cabos e sargentos, sendo os soldados a maior parte do efetivo. A Sra. Nazaré falou que é importante esta ação, que
117 pode servir de exemplo para outras situações, e desta forma acha merecida a Menção. A conselheira Eliane observou
118 que a menção servirá de estímulo aos demais policiais militares. A Sra. Adriana concorda e declara que a menção
119 pode estimular outros militares a seguirem a mesma atitude, e Franciele concorda que o reconhecimento do trabalho
120 desses soldados valoriza e engrandece o sentimento de empatia pela PSR. Naira diz que só a homenagem em si já
121 serve como estímulo aos demais policiais e Giovana concorda. Nazaré enfatiza que não há necessidade de se colocar
122 o termo “como exemplo” na menção. Dulce indaga se todos querem assinar o documento ou só a coordenação do
123 CIAMP RUA/PR assina? Todos concordaram que só a coordenação do Comitê irá assinar. Assim, a Menção Honrosa
124 foi aprovada por unanimidade no pleno, e a coordenadora Dulce informou que redigirá a Menção e encaminhará para
125 conhecimento e análise de todos e após aprovação, fará o encaminhamento ao Ten. Azolini para que o mesmo
126 entregue em mãos aos soldados da polícia militar. **6. Projeto de Lei da Política da População em Situação de Rua**
127 **no Estado do Paraná:** A Sra. Dulce questionou os conselheiros se realizariam a análise do Projeto de Lei em
128 conjunto ou formariam um GT, e todos optaram em fazer em conjunto com o pleno do CIAMP. Desta forma a
129 coordenadora propôs começarem a análise já na reunião, haja vista que a pauta 7 ficou para a próxima ordinária.
130 Antes de iniciar a leitura do documento, Dulce informa que tem umas questões em que há dúvida sobre a
131 possibilidade de realização e destacou e sinalizou em amarelo tudo que fala sobre financiamento, pois essa questão
132 de financiamento vai ficar para a área responsável para análise, considerando que o Projeto passará por todas as áreas
133 da Secretaria e posteriormente será encaminhado a PGE e demais órgãos. A Coordenadora Sra. Dulce iniciou a
134 leitura do Projeto e todos a acompanhavam. No artigo 2, Julia sugeriu uma pequena alteração, tirando a vírgula após
135 “Estado” e incluir o artigo “o” ficando o texto “aos municípios do Estado o apoio necessário”, todos concordaram.
136 Prosseguindo a leitura, No Art.5º inciso VI, a conselheira Rosane sugeriu a alteração do termo “especialmente” pelos
137 termos “e/ou”. Franciele sugere a inclusão de pessoas com transtorno mental e afirma que pessoa com deficiência –
138 PCD, é diferente de pessoa com transtorno mental – TM. Julia Ferreira propôs modificar o texto para “Pessoa com
139 deficiência e/ ou com transtorno/ sofrimento mental”. Rafael e Dayse concordam que enfatizar esses grupos dá o
140 entendimento de prioridade. Julia sugeriu apagar o que vem depois de “com atenção especial” e criar um novo
141 tópico sobre PCD e TM. Todos concordaram e Adriana sugeriu de tirar nesta parte, e depois verificarem onde inserir,
142 pois o tema é bem importante. Francieli concorda e em ser um tópico específico em relação ao transtorno mental.
143 Julia observa que o termo “pessoas com deficiência” ficou solto agora, e diz que seria melhor criar um novo tópico,
144 Rosana concorda. A coordenadora Dulce questiona se tiram os dois termos ou mantém o PCD. Carlos Umberto
145 informa que ao consultar o Decreto nacional nº7.053, o mesmo utiliza o termo “pessoas com deficiência” e sugere
146 seguir o que consta no Decreto. Francieli fala que “transtorno mental” fica para outro momento pois transtorno
147 mental é diferente de pessoas com deficiência. Julia declara que se for manter PCD neste tópico, a construção
148 anterior estava melhor, além de estar resguardada pelo Decreto nacional 7.053. Dulce solicitou a Rosane para se
149 manifestar a respeito, tendo em vista que a conselheira é da área da saúde – SESA, e a mesma concordo que deve ser
150 em outro tópico e que transtorno mental é realmente diferente de PCD, pois há pessoa que tem deficiência e não
151 necessariamente tem transtorno mental e vice-versa. Julia sugere manter a redação original do decreto, e criar novo
152 tópico sobre TM, colocando que também é um princípio, um olhar humanizado àqueles com transtorno/sofrimento
153 mental e, mais à frente, trabalhar melhor essa questão. Dayse discorda de Julia e diz que é um princípio da saúde, o
154 princípio ligado a isso está na transversalidade do serviço, e não específico do transtorno mental. porque tem outras
155 doenças sérias e crônicas que precisam de atenção. Carlos Umberto propõe a leitura do Projeto de Lei de São Paulo



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

10
156 nº01000145/18 que dispõe sobre o assunto, e utilizá-lo como base. Julia achou melhor deixar assim se o grupo
157 concordar. Nazaré concorda e propõem em deixar para outro momento e se não conseguirem melhor adequação,
158 voltam neste ponto, todos concordam. A leitura do Projeto continuou, e no Art. 7º inciso III e IV, a Sra. Dulce
159 indagou os conselheiros sobre maneiras de realizar o levantamento. Raphael informou que no município onde atua, a
160 vigilância socioassistencial tem o caderno suplementar 2 que é utilizado para o levantamento de PSR. Dulce
161 questiona se esse levantamento é utilizado na hora da abordagem ou no CadÚnico e Raphael confirma que é no
162 CadÚnico. Dulce declara que pelas informações prestadas pelo Raphael, o inciso III, já pode ser respondido através
163 do CadÚnico, entretanto o inciso IV não. Quanto a capacitação do pessoal, Francieli informou que quando
164 participava, o governo federal dispunha os cursos para o estado e este replicava nos municípios. Com o
165 tempo já avançando para o final da reunião, a Sra Dulce registra o ponto em que encerraram as discussões
166 sobre o Projeto de Lei, para que possa ser retomado na próxima reunião. **7. Nota Técnica Conjunta**
167 **nº002/2021 DAS/SEJUF/PR – CIAMPRua/PR e municípios – FLUXOS PSR:** transferida para a reunião de
168 novembro. **8. Informes – Gestão SEJUF: sem informes; 9. Informes – Membros e Gerais: sem informes; 10.**
169 **Encerramento:** Sra. Dulce agradece a presença de todos e encerra a reunião ordinária do mês de outubro do
170 CIAMPRua/PR. Memória transcrita pela residente técnica Graziella Molina e revisada por Dulce Darolt. Memória
171 aprovada na reunião ordinária de nove de novembro de 2021.